

# A contenção do déficit do setor público brasileiro - (2)

Pracamento  
24 ABR 1984

José Eduardo de Andrade  
Vieira (\*)

(Trechos de palestra pronunciada na Associação Comercial de São Paulo.)

Os cofres públicos constituem, então, refúgio seguro que esconde e acoberta a baixa produtividade e o excesso de funcionários, titulares de empregos mas nem sempre de trabalho.

O déficit operacional do setor público alcançou 2,7% do PIB em 1983. As empresas estatais e os governos estaduais e municipais foram os responsáveis por esse déficit, e em 1984, quando se prevê um superávit de 0,3% do PIB para o setor público como um todo, as empresas estatais apresentarão ainda um déficit de 1,2% do PIB.

Adicionando-se ao déficit operacional em 1983 a rolagem da dívida interna, verificamos que as necessidades de financiamento do setor público atingiram 17,9% do PIB em 1983.

No período de 1980/82 o déficit do setor público e a dívida pública cresceram pelo simples fato de que o governo decidiu gastar acima de suas possibilidades e não desejou que o Banco Central financiasse todo o excesso de dispêndio governamental através da emissão de moeda.

Assim, o déficit público é resultado do excesso de dispêndio das empresas estatais; dos gastos igualmente excessivos dos governos federal, estaduais e municipais; e de gastos federais com subsídios alocados no orçamento monetário.

dos investimentos totais), compromete o nível de produção e emprego no futuro, levando a taxas mais reduzidas de crescimento.

O corte nos gastos de custeio (salários, manutenção do aparato burocrático) tem impacto quase nulo na taxa de crescimento futura, embora possa gerar menor demanda no presente por bens e serviços. Estes cortes são benéficos na medida em que envolvem a redução do desperdício, das mordomias e da folha salarial.

A grande vantagem em se cortarem gastos de custeio é que o investimento do setor público não se reduz e, como a participação do Estado na economia diminui, o investimento do setor privado pode aumentar, incentivando agora e no futuro o nível de produção e de emprego.

Como conclusão, ofereço à meditação dos senhores as seguintes sugestões:

1. unificação dos orçamentos (monetário, fiscal e das estatais), sendo este orçamento único submetido ao Congresso. Atualmente, o orçamento fiscal, que representa menos de

20% do total de gastos do setor público, depende do Congresso e é também o único a mostrar superávit.

Os demais orçamentos são elaborados por critérios o mais das vezes conhecidos por reduzido grupo de tecnocratas, não sendo submetidos a um controle social adequado. No orçamento monetário era tradição o estouro das metas de expansão da base monetária, como forma de obter recursos adicionais para cobrir as despesas em excesso.

Com três orçamentos e somente um submetido à votação, tem-se uma forma de não revelar à sociedade as verdadeiras dimensões e as prioridades embutidas nos gastos públicos. E a unificação dos orçamentos não se processa por dificuldade técnica, mas pela falta de vontade política, uma vez que, a partir daí, o governo teria de se defrontar com a restrição de acomodar os gastos à efetiva disponibilidade de recursos.

O fato de se unificarem os orçamentos e submetê-los ao Congresso não garante, por si só, a contenção do déficit público, mas possibilitaria um melhor

controle dos gastos e os tornaria conhecidos para a sociedade.

Com a unificação, os representantes da sociedade poderão exercer o seu direito e responsabilidade de discutir e escolher de que maneira serão gastos os recursos públicos ou então sancionar, eles mesmos, a incompatibilidade aritmética de despesas em excesso às receitas disponíveis e, por extensão, o endividamento interno e a inflação que consideram toleráveis.

2. Transformar o Banco Central em um banco central convencional e independente, limitando-o a estas funções. As suas operações de fomento devem ser transferidas para o orçamento fiscal. Adicionalmente, reduzir o Banco do Brasil à categoria de banco comercial, extinguindo suas características de autoridade monetária que lhe são conferidas pela conta movimento junto ao Banco Central.

3. Privatizar empresas estatais e proibir a criação de novas.

Nos setores em que a presença do Estado é insubstituível (casos de infraestrutura básica e projetos

de longo prazo de maturação), devem-se implantar critérios mais realistas nas análises de seus projetos.

Os projetos superdimensionados e totalmente desvinculados de nossa realidade econômica (como o nuclear, o siderúrgico e o da ferrovia do aço) foram implantados baseados em projeções excessivamente otimistas, sem nenhuma preocupação com custo e até mesmo com financiamento. Era comum prever o financiamento com "recursos a definir".

4. Liberalização e eliminação da distorção do crédito bancário. As taxas elevadas de juros não interessam ao sistema bancário, pois, em parte, elas decorrem de forte contingenciamento de crédito e depósitos compulsórios. A concessão de maior liberdade ao sistema bancário para a seleção de suas aplicações em termos de prazos e setores de atividade econômica auxiliaria para a diversificação do risco, provocando uma queda na taxa de juros.

O cumprimento de um orçamento monetário rígido e a eficiente redução do déficit público podem auxi-

liar nesta direção. Havendo controle das fontes de emissão de moeda, as autoridades podem praticar uma política creditícia mais liberal, reduzindo os níveis de aplicações compulsórias e diminuindo gradativamente o compulsório bancário.

Finalmente, quero reiterar que só poderemos construir uma grande nação com talento e com muito trabalho.

Não compreendo como poderemos pretender liberdade econômica, livre iniciativa e economia de mercado sem cérebros desenvolvidos para descobrir nossos próprios caminhos na busca de tecnologias avançadas, inclusive no campo gerencial, e se não tivermos braços sadios para a atividade produtiva, que cria e distribui riquezas.

Somos uma nação jovem. Temos um longo caminho a percorrer, que será tanto mais fácil quanto maior for a interação entre as forças vivas da nação.

(A primeira parte foi publicada ontem, dia 23.)

(\*) Presidente do conglomerado Bamerindus.

As opções para a redução do déficit público limitam-se entre a redução dos gastos do governo e/ou o aumento da tributação.

Esse aumento da tributação fará com que o setor público se aproprie de uma parcela ainda mais robusta da renda gerada no País, adquirindo maior proporção dos bens e serviços produzidos e reduzindo a poupança e o consumo.

O corte nos gastos do setor público, ao contrário, tende a reduzir o grau de estatização, mas os seus efeitos sobre a economia dependem muito da maneira como serão realizados. A redução dos gastos de investimento do setor público (que no Brasil atingem 60%